

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

VANECLER LAMPUGNANI

**“A IMPORTÂNCIA DO PRONAF PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: UM
ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DE SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE
MONTAURI/ RS”**

CAMARGO RS

2013

VANECLER LAMPUGNANI

**“A IMPORTÂNCIA DO PRONAF PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: UM
ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DE SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE
MONTAURI/RS.”.**

CAMARGO RS

2013

VANECLER LAMPUGNANI

**“A IMPORTÂNCIA DO PRONAF PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: UM
ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DE SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE
MONTAURI/ RS.”**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Leonardo Xavier da Silva
Co-orientadora: Alessandra Troian

**Camargo, RS
2013**

VANECLER LAMPUGNANI

“A IMPORTÂNCIA DO PRONAF PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DE SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE MONTAURI/ RS.”

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Leonardo Xavier da Silva

Co- orientadora: Alessandra Troain

Aprovado com Conceito (_____)

Prof(a). Dr(a). *****

Orientador

UFRGS

Prof(a). *****

UFRGS

Prof(a). Dr(a). *****

Instituição

Camargo/RS, _____ de _____ de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e força para desenvolver este curso.

À minha família, por ter me dado apoio nos momentos de dificuldade no desenvolvimento das atividades do curso.

A todos os professores e tutores do curso que não mediram esforços em nos apoiar nos momentos de dificuldades, para que chegássemos ao final do curso com êxito.

Aos colegas, pela amizade e por compartilhar os momentos felizes, as dúvidas e as preocupações que fizeram parte de nossa caminhada no decorrer do curso.

RESUMO

Este trabalho procura desenvolver um panorama do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), política pública criada em 1995 e oficializada em 1996 pelo governo federal. O objetivo principal foi o de pesquisar como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar atende as demandas dos agricultores familiares na comunidade de São Pedro, município de Montauri - RS. Desta forma procurou-se identificar de que forma o PRONAF influencia na renda e na qualidade de vida dos agricultores, pesquisando as finalidades para as quais os agricultores familiares da comunidade acessam o crédito. Fez-se um estudo exploratório de cunho bibliográfico e de campo, através de questionário semi-estruturado para os agricultores da comunidade. Com as informações obtidas através deste estudo constatou-se que o PRONAF é acessado pela maioria dos agricultores familiares da comunidade, sendo que os recursos são aplicados nas principais cadeias produtivas que se destacam e mais geram renda para o município. Apesar de este estudo possuir limitações percebeu-se que este programa contribui para viabilizar o acesso dos agricultores familiares aos recursos públicos com baixas taxas de juros e com longos prazos para o pagamento. As características do programa contribuem para que a agricultura familiar tenha melhores condições de competitividade a fim de acompanhar os avanços tecnológicos e a modernização da agricultura.

Palavras chaves: Agricultura familiar. Políticas públicas. PRONAF. PRONAF na comunidade São Pedro município de Montauri - RS.

ABSTRACT

This work seeks to develop an overview of (PRONAF), National Program for Strengthening Family Agriculture, public policy established in 1995 and formalized in 1996 by the federal government. With the objective to search as the National Program for Strengthening Family Agriculture meets the demands of the farmers in the community of San Pedro municipality Montauri- RS. Thus sought to identify how PRONAF influences in income and quality of life of farmers, searching for what purposes the farmers community access credit. Made an exploratory study of bibliographical, field, through semi-structured questionnaire to the farmers of the community. With the information obtained through this study it was found that PRONAF is accessed by the majority of farmers in the community, and the proceeds are applied in the main productive chains that stand out and generate more income for the municipality. Although this study has limitations realized that this program helps to facilitate farmers' access to public resources with low interest rates and long delays in payment. The program features contribute to the family farm has better competitiveness to follow technological advancements and modernization of agriculture.

Keywords: Agriculture family. Public policies. PRONAF. PRONAF community in the municipality of San Pedro Montauri - RS.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 01 - Igreja da comunidade São Pedro.....	26
Gráfico 1 - Idade dos agricultores entrevistados na comunidade	27
Gráfico 2 -Tamanho das propriedades.....	29
Imagem 02 - (Plantel de gado leiteiro da propriedade de um entrevistado na pesquisa).	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 PROBLEMÁTICA	13
3 OBJETIVOS.....	14
3.1 OBJETIVO GERAL.....	14
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À AGRICULTURA FAMILIAR.....	15
4.2 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	16
4.3 DESENVOLVIMENTO RURAL	19
4.4 AGRICULTURA FAMILIAR, PRONAF E DESENVOLVIMENTO RURAL.....	21
5 METODOLOGIA.....	24
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO MONTAURI/ RS	24
6 DESCRIÇÃO DA COMUNIDADE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	26
6.1 ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS.....	27
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
APÊNDICE A- Questionário entrevista com os agricultores.....	38

1 INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1990 ocorreram grandes mudanças no setor agropecuário no contexto macroeconômico e das reformas das políticas do estado incentivando as inovações tecnológicas no campo.

A partir do ano de 1995 foi implantado o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Mas, foi em 1996 que ele entrou em ação e nos anos seguintes que ele foi implementado com novas linhas de crédito, taxas de juros, assistência, técnica, capacitação e pesquisa conforme as necessidades da agricultura familiar, sendo este o principal objetivo do programa.

Conforme dados relatados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), o Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Rio Grande do Sul cresceu no ano de 2009, destacando a agricultura, que teve um crescimento de 10,9%. Dentro da agricultura, destacam-se as culturas da soja, com crescimento de 29,1% da quantidade produzida e o milho, com aumento de 31,7%.

Podemos perceber que o PRONAF vem crescendo a cada ano no Brasil. Conseqüentemente, isso ocorre também no Estado e na região do município de Montauri, área de estudo proposta neste trabalho. Para Casella (2002), o Banco do Brasil tem os custos operacionais elevados e pode inviabilizar o programa, além disso, este banco não tem vocação para atender segmentos mais pobres do meio rural. O autor afirma que o programa seria mais eficiente se a gestão ocorresse no âmbito municipal e com organizações de cooperativas de crédito rural.

Para potencializar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e as ações propostas o governo no Plano Safra de 2010/ 2011 estabelecido pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) estabelece que a Emater e as instituições científicas e outras viabilizem, através de projetos, mudanças necessárias para elaborar formas sustentáveis de agricultura familiar e de desenvolvimento rural. Neste aspecto destaca-se a importância da formação e capacitação de técnicos que possam assessorar e compartilhar experiências com os agricultores familiares, garantindo possibilidades de proporcionar desenvolvimento com base na realidade local.

A agricultura familiar, constituída por pequenos e médios produtores, representa a maioria dos produtores rurais da região. Esses agricultores diversificam a produção para aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de demanda na economia dos mercados

brasileiros. Segundo informações da Emater (2012), no município de Montauri existem várias propriedades rurais que produzem matéria prima para o mercado interno e externo, mas estão encontrando dificuldades para desenvolver as atividades por estarem descapitalizadas.

No município de Montauri observamos o engajamento e a participação das instituições de apoio como a Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, além de cooperativas instaladas na região que atuam no município. Estas instituições viabilizam projetos voltados para a agricultura familiar, para a produção de grãos, leite e carne. Sua relevância deve-se ao fato que no município e na região há agroindústrias processadoras que utilizam estas matérias primas, gerando emprego e renda às cadeias produtivas ligadas ao setor primário.

Nesta pesquisa busca-se responder os objetivos propostos sobre a atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar junto à comunidade de São Pedro, município de Montauri – RS, além de fazer um processo de observação junto aos agricultores familiares da comunidade para aprofundar os estudos sobre quais acessam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o porquê do acesso ao programa e a atual realidade deste programa como política pública de desenvolvimento rural. Inicialmente será realizado de modo geral no país e estado do Rio Grande do Sul, tendo a percepção de que futuramente isso poderá ser utilizado para o desenvolvimento regional.

Este trabalho visa aprofundar o estudo sobre a importância da intervenção do estado através da ação de políticas públicas adaptadas regionalmente, buscando aumento na renda da população rural, caracterizados pela produção no modelo de agricultura familiar, pois os municípios são pequenos e dependentes da renda agrícola. Desse modo a população não ficaria tão refém das oscilações da produção de *commodities*.

Assim, este estudo justifica-se na medida em que há famílias de agricultores enquadrados como agricultores familiares na comunidade de São Pedro, potências beneficiárias do PRONAF, buscando apresentar dados sobre a atuação das políticas públicas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar junto aos agricultores da comunidade de São Pedro Município de Montauri – RS, buscando caracterizar se ocorreram mudanças significativas no viés econômico e social após o acesso ao crédito, em especial após a influência do programa citado junto às famílias. Percebe-se, assim, a importância da realização de pesquisas de campo para verificar a real situação dos agricultores, buscando estudos para observar se o PRONAF está cumprindo com os objetivos pelos quais foi criado, que são os de desenvolver e fortalecer a agricultura familiar brasileira.

Por não haver estudos sobre a atuação do PRONAF junto à comunidade, optou-se por realizar uma pesquisa de campo, com entrevista para os agricultores, a fim de buscar informações sobre a influência do acesso ao crédito do PRONAF nas suas propriedades.

Como forma de dar continuidade ao trabalho, será apresentada a problemática da pesquisa.

2 PROBLEMÁTICA

Segundo Aquino (2004), nas últimas duas décadas, no Brasil, vem sendo desenvolvidas, pelo estado, políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, porém estas ainda estão aquém de alcançar um objetivo satisfatório entre os agricultores familiares. Este é o caso da política do PRONAF. Por serem políticas públicas, são desenvolvidas de forma igualitária em todo o país. Como este possui dimensões continentais, está dividido em regiões com características bem específicas, como diferentes tipos de solo, clima e tamanho de propriedades.

De acordo com o discurso governamental, essa política pública seria o principal instrumento utilizado para construir um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil. Sua missão fundamental seria combater as desigualdades (regionais, setoriais e pessoais) que marcaram as políticas estatais tradicionais, voltadas para estimular a mudança da base técnica da agricultura brasileira. Contudo, há indicações de que esse programa apresenta entraves institucionais e de execução, que opera de forma desarticulada e, por vezes, não alcança os objetivos a que se propõe.

Assim, as políticas e programas de desenvolvimento rural não atendem as necessidades gerais da agricultura familiar. Para verificar a veracidade destas declarações, realizou-se uma pesquisa de campo junto à comunidade de São Pedro, localizada no município de Montauri – RS, a fim de obter informações sobre a real atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar junto a tais agricultores.

3 OBJETIVOS

O trabalho desenvolvido tem por finalidade:

3.1 OBJETIVO GERAL

Caracterizar a atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar junto à comunidade de São Pedro, município de Montauri/RS.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Apresentar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. (PRONAF).

Identificar os atores sociais que fazem parte desta comunidade, que acessam o crédito do PRONAF.

Analisar as reais mudanças socioeconômicas nas propriedades após o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo serão apresentados os principais conceitos, estudos e pesquisas sobre políticas públicas, desenvolvimento rural, agricultura familiar e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, buscando embasamento teórico para responder os objetivos desta pesquisa.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Mattei (2001), durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas privilegiavam os setores que estavam mais capitalizados e os produtos denominados de *commodities*, que eram voltados ao mercado internacional, com o objetivo de equilibrar a balança comercial do Brasil. Dessa forma, os pequenos produtores rurais ficaram à margem dos benefícios oferecidos pelas políticas agrícolas, principalmente em relação ao crédito rural, aos preços mínimos e o seguro da produção.

Ainda segundo Mattei (2001), apenas a partir da década de 1990 que o governo brasileiro começou a atender às reivindicações dos pequenos produtores rurais, que há tempo cobravam políticas públicas de desenvolvimento rural que fossem voltadas a este segmento social. Estes produtores rurais representavam um grande número de estabelecimentos familiares e se encontravam fragilizados social e economicamente. Dessa forma começaram a ser implantadas algumas políticas diferenciadas para a produção familiar e dentre estas políticas situa-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (MATTEI, 2001).

A agricultura familiar é uma forma de produção e trabalho historicamente marginalizada no Brasil. Tal situação é fruto tanto da herança colonial do país, como do processo de “modernização desigual” da agricultura nacional, implementado com mais força a partir da segunda metade dos anos 1960 (VEIGA, 2000). Esse processo social resultou no estabelecimento de um modelo de desenvolvimento agrícola extremamente privilegiador e excludente. Na verdade, foram os grandes e médios produtores ligados ao setor exportador, localizados fundamentalmente nas regiões Sul e Sudeste, os verdadeiros beneficiários dos estímulos governamentais para o meio rural.

Assim podemos afirmar que inserção da agricultura familiar na política agrícola brasileira através do PRONAF está ocorrendo, então, com quase um século de atraso em relação à experiência das políticas agrícolas dos países desenvolvidos que, desde o início do século XX, optaram pelo incentivo ao modelo familiar de produção no campo (ABRAMOVAY, 1998; VEIGA, 2000). Mattei (2006, p. 13) ressalta que nesse processo os atores sociais rurais, através de suas organizações sociais, suas lutas, reivindicações e trabalho, desempenharam um papel decisivo no desenvolvimento e implementação do programa.

A partir de meados do ano de 1994, após muitas reivindicações dos agricultores, surge um programa para a reestruturação da cadeia produtiva e a demanda por políticas públicas que atendessem a um conjunto de diretrizes capaz de nortear a criação de políticas públicas que atingisse todos os grupos de agricultores familiares (ABRAMOVAY, 1998; VEIGA, 2000). Assim, conforme as citações acima, podemos dizer que o PRONAF é a principal política pública voltada à agricultura familiar.

Antes de verificar como o PRONAF interfere no cotidiano das famílias pesquisadas, faz-se necessário conhecer o que compreende este programa.

4.2 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com Mattei (2001), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foi criado em 1996 para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém, o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários.

Deve-se ressaltar que nesse processo os atores sociais rurais, por meio de organizações e de lutas, desempenharam papel decisivo na implantação do programa, considerado uma bandeira histórica dos trabalhadores rurais, pois permitiria a esses o acesso a diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional, até então negligenciados aos agricultores familiares (MATTEI 2001).

Partindo de 1996, após a criação do PRONAF, a agricultura familiar foi impulsionada. Assim, segundo Sabourin (2002) é a agricultura familiar que gera emprego e

renda no meio urbano potencializando o desenvolvimento local e regional. Conforme o mesmo autor, atualmente existe a formação de pequenas e médias empresas para o desenvolvimento social. É impossível negar que a agricultura familiar tenha se incorporado às políticas públicas brasileiras.

Para Mattei (2001), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar teve, desde sua criação, com o intuito de criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva, a melhoria da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania no campo por parte daqueles que integram o regime da agricultura familiar.

Para Guanziroli (2007), passados dez anos da criação do PRONAF, é claramente perceptível para todos aqueles que têm envolvimento profissional com a agricultura familiar que esses objetivos estão sendo alcançados. As diversas ações do PRONAF estão presentes em 5.300 dos 5.563 municípios brasileiros. O volume de recursos ultrapassou R\$ 6 bilhões na safra 2004/05 atendendo 1,6 milhão de famílias e o disponibilizado na safra 2005/06 chega 9 bilhões para atender R\$ 2 milhões de famílias. Isso mostra que a agricultura familiar tem respondido positivamente aos estímulos para uma inserção produtiva que gere novas oportunidades de trabalho e promova a inclusão social.

De acordo com Abramovay (1997), "o maior interesse do PRONAF é que, desde o início, ele não foi construído simplesmente como um programa voltado ao atendimento específico de uma necessidade setorial e de um segmento particular. Em primeiro lugar destaca-se que, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar abrange não apenas as necessidades sociais, a viabilidade econômica de unidades produtivas cujo tamanho esteja ao alcance da capacidade de trabalho de uma família. Para um país de tradição latifundiária e escravista, formado por radicais formas de dissociação entre trabalho e propriedade, e trabalho e conhecimento, afirmar a consistência econômica da unidade entre esses termos que a História separou não é trivial". Desse modo, ao falar em apoio à agricultura familiar, é estar ciente de que uma parte da História está sendo redefinida.

A importância das grandes propriedades na formação das políticas agrícolas exigia que se construísse um aparato institucional voltado especificamente a valorizar as capacidades produtivas daqueles que, até então, tinham sido objeto, no máximo – e ainda assim de forma esporádica – de políticas sociais compensatórias. A novidade do PRONAF estava em sua intenção explícita de propiciar aumento da geração de renda dos agricultores por meio de seu acesso ao crédito bancário. E aqui aparece a contradição básica que vai atravessar toda sua história: incapaz de lhes oferecer garantias patrimoniais e contrapartidas, o público do programa não faz parte, evidentemente, da clientela convencional dos bancos. O afastamento

entre racionalidade econômica na capacidade de tomar um empréstimo e pagá-lo nas condições acordadas contratualmente e necessidades sociais ocasionou uma grande barreira e distância entre o setor bancário e os agricultores familiares. (ABRAMOVAY 1997).

O PRONAF tem por objetivo um imenso esforço para reduzir essa distância e é exatamente neste ponto que, desde seu início, concentram-se seus maiores problemas e tensões. A existência, no Brasil, de bancos comerciais pertencentes ao Estado abriu um caminho de intermediação financeira aos quais os bancos privados dificilmente adeririam. Entretanto, o predomínio, no Banco do Brasil, de uma lógica estritamente bancária, trouxe duas consequências básicas: em primeiro lugar, o Banco volta sua atenção aos segmentos de maior renda e maior integração a mercados estáveis da agricultura familiar; em segundo lugar, o Tesouro paga ao Banco do Brasil um prêmio – que se vai tornando tanto maior quanto mais se amplia a base social do PRONAF – por lidar com um público diferente de sua clientela habitual. O importante, nessa primeira premissa de natureza normativa, é a afirmação da viabilidade econômica de unidades produtivas que se encontrem ao alcance das capacidades de trabalho de uma família. (ABRAMOVAY 1997).

Segundo Mattei (2001), a criação do PRONAF representa a legitimação, pelo Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

Em outra passagem, Mattei (2001), destaca os fatores que, durante a década de 1990, foram decisivos para mudar os rumos das políticas de desenvolvimento rural. A partir de então, o movimento sindical dos trabalhadores rurais vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DN TR/CUT) passou a direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura da economia.

Em menos de dez anos, o PRONAF se transformou em alternativa concreta para diversos segmentos da agricultura familiar brasileira. A evolução do programa nas últimas safras agrícolas esteve fortemente atrelada à disponibilidade de crédito em suas diferentes modalidades, que passaram a ser o carro-chefe dessa política agrícola. Nessa curta trajetória do programa, foram promovidas diversas mudanças institucionais que ampliaram a capilaridade dessa política pública, tanto nacional como regional, verificando-se um aumento dos contratos efetuados, do volume de recursos utilizados e das principais categorias de

agricultores beneficiadas. Esse processo certamente teve efeitos bastante positivos sobre o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, particularmente no que diz respeito à participação do setor na geração de indicadores socioeconômicos do meio rural do país (MATEI 2001).

De acordo com Guanziroli (2006), quase a totalidade dos subprogramas do PRONAF adotou, desde o início, uma política de remuneração bastante branda e com alto percentual de subsídio. A fixação da taxa de juros preferencial, subsidiada ou não, bem como o estabelecimento de outras condições especiais de pagamento e operação do crédito, apresenta várias justificativas e aspectos que merecem ser considerados.

A abrangência do programa, no que tange às liberações totais do PRONAF, apresentou um movimento ascendente entre 2000 e 2005. De fato, passou-se de uma liberação de R\$ 2.189 milhões para R\$ 6.300 milhões. Esta é uma modificação da tendência que se verificava anteriormente, visto que a partir de 1999, o Programa começou a apresentar certa estagnação na liberação de recursos. (GUANZIROLI, 2007).

Guanziroli (2006), afirma que um dos maiores entraves para o crescimento do PRONAF tem sido o setor bancário público, responsável pela liberação dos recursos do PRONAF Crédito, que resiste à ampliação da sua clientela. Este problema teria sido em parte solucionado com a atuação dos Fundos de Aval, que permitiram o aumento da participação dos beneficiários no acesso aos recursos.

Na verdade, conforme reconhece o próprio Relatório Institucional do PRONAF (2002), os bancos são organizações pouco adequadas para liberar recursos a famílias sem condições de lhes oferecer garantias patrimoniais e contrapartidas na tomada dos empréstimos.

Para Petreli (2004), a segmentação do programa tem provocado impactos interessantes no sentido de que um número crescente de organizações locais têm se envolvido na busca de meios para organizar esquemas de garantia de crédito, e também no auxílio aos bancos em tarefas administrativas que ajudam na concessão de crédito.

Todos os aspectos apresentados comprovam mudanças consideráveis na estrutura da realidade agrícola. Passaremos a conceitos básicos sobre o desenvolvimento rural.

4.3 DESENVOLVIMENTO RURAL

De acordo com Veiga (2000), não existe “o desenvolvimento rural” como fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano. O desenvolvimento é um processo complexo, por isso muitas vezes se recorre ao recurso mental de simplificação, estudando separadamente o “desenvolvimento econômico”, por exemplo; ou, como propõe o autor, pode-se estudar separadamente o “lado rural do desenvolvimento”.

A discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas parece haver certo consenso sobre os seguintes pontos. Segundo Veiga (2000), rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; o rural é multisetorial, pluriatividade e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes.

Para Terluin (2003), o estudo teórico das forças que estão por trás do desenvolvimento nas áreas rurais carece de uma disciplina específica, por isso é necessário recorrer a outras disciplinas que tratam do “desenvolvimento econômico em regiões rurais”, como a economia regional e o campo multidisciplinar dos estudos rurais (economia rural, sociologia rural, geografia rural, demografia, etc.).

O desenvolvimento das áreas rurais dificilmente pode ser explicado satisfatoriamente por apenas uma das teorias desses diversos campos de estudo. No campo dos estudos rurais, por exemplo, três enfoques podem ser identificados: o do desenvolvimento exógeno, o enfoque do desenvolvimento endógeno e uma combinação dos dois. No primeiro enfoque, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. Exemplo emblemático é o das políticas de modernização da agricultura como forma de estimular o desenvolvimento rural. O enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial; o caso típico é o dos modelos dos distritos industriais. Finalmente, o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas da região, assim os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões (TERLUIN, 2003).

Assim, percebemos que a agricultura familiar é importante para a agricultura brasileira. Segundo informações do IBGE (2010), 84,4% das propriedades brasileiras são compostas pela agricultura familiar e ocupam 24,3% da área agricultável. Esta é a grande produtora de alimentos. Desse modo, as políticas públicas, como o PRONAF, são essenciais

para estruturar e fortalecer a agricultura brasileira ocasionando, de maneira satisfatória, o desenvolvimento rural.

4.4 AGRICULTURA FAMILIAR, PRONAF E DESENVOLVIMENTO RURAL

Guanziroli e Cardim (2000) definem como agricultores familiares aqueles que atendem às seguintes condições: "a direção dos trabalhos no estabelecimento é exercida pelo produtor e família; a mão de obra familiar é superior ao trabalho contratado, a área da propriedade está dentro de um limite estabelecido para cada região do país" (GUANZIROLI E CARDIM, 2000).

São vários os conceitos que temos sobre agricultura familiar. Wanderlei (1996) define como agricultura familiar aquela em que "a família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo". Para ele, insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família produção-trabalho, tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. (VANDERLEY, 1999, p. 25 *apud* BERTONCELLO; ROSSI; BADALOTTI, 2007).

Wanderley (1996, p. 25) argumenta que "o fato de uma estrutura produtiva associar família -produção- trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente". A agricultura familiar é o meio de trabalho, o jeito de cultivar a terra utilizando a mão de obra existente na família, produzindo alimentos de acordo com sua identidade cultural, tradições, em pequenas áreas de terras, o que a diferencia dos outros modelos de agricultura.

Segundo Schneider (1999), além das estratégias de ocupar a mão de obra familiar em atividades agrícolas e não agrícolas, os agricultores familiares frequentemente conciliam a mão de obra familiar com a contratada (temporária ou permanente) nas atividades produtivas dentro das propriedades, quando há carência de mão de obra familiar. Isso geralmente ocorre em casos como quando os filhos não estão em idade de participar das atividades agrícolas e a mão de obra familiar já perdeu seu potencial produtivo (predominância de idosos), ou quando a propriedade pratica atividade produtiva altamente dependente da demanda de mão de obra.

O mesmo autor afirma que a composição das estratégias da agricultura familiar depende de aspectos importantes que compõem o meio no qual os agricultores familiares estão inseridos. Assim, ao se definir a agricultura familiar contemporânea, devem-se levar em conta todas as formas que essa categoria social apresenta, seja ela baseada no trabalho familiar não agrícola (pluriatividade) ou com a participação do trabalho assalariado, mas que a essência da mão de obra familiar (agrícola ou não-agrícola) seja preservada (SCHNEIDER, 1999).

Quando pesquisamos na literatura já disponível as contribuições para conceituar a agricultura familiar, encontramos diversas definições. Dentre elas destacamos duas: uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada na base das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas; e outra que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas.

Ainda relacionando estes conceitos, Abramovay (1997) define que

Tendo como foco o caso europeu, a primeira corrente citada considera que não há significado em buscar as origens históricas do conceito, como, por exemplo, estabelecendo uma relação com a agricultura camponesa. “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 1997, p 275).

Podemos perceber que nos dias atuais a agricultura familiar está totalmente dependente de recursos financeiros do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para manter suas atividades produtivas. Assim, a maioria das definições de agricultura familiar adotadas em trabalhos recentes sobre o tema, baseia-se na mão de obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. Em todas há um ponto em comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento.

Segundo dados do estudo INCRA/ FAO (2000), o universo da agricultura familiar exhibe grande capacidade produtiva, contribuindo de forma efetiva para o abastecimento do país, mesmo com o pouco acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas. De outro lado, é também neste setor que está cerca de metade dos brasileiros em situação de risco, vivendo abaixo da linha de pobreza.

Nesse sentido, o apoio produtivo à agricultura familiar é visto como um mecanismo de autopromoção da segurança alimentar. Em termos práticos, isso significa que a distribuição de cestas básicas para o meio rural deveria ser substituída por incentivos técnicos, financeiros e organizacionais para fortalecer a produção dos agricultores familiares, que assim realizariam com dupla eficiência a função de promoção de segurança alimentar (INCRA/ FAO, 2000).

Os recursos financeiros disponibilizados para a agricultura familiar pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foram criados para manter mais produtores no campo, melhorando sua qualidade de vida, diminuindo o esforço físico nos meios de produção e desenvolvendo a agricultura familiar, proporcionando desenvolvimento rural para a agricultura familiar praticamente com os mesmos direitos que a agricultura patronal (INCRA/ FAO, 2000).

Após concluir a revisão bibliográfica, apresenta-se a metodologia utilizada para a pesquisa.

5 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos neste estudo é utilizada a metodologia qualitativa e pesquisa bibliográfica.

Godoy (1995, p. 58), define a pesquisa qualitativa como processo que

Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

Por pesquisa bibliográfica, entende-se como processo que consiste na consulta de livros, periódicos e internet. Na segunda, etapa a fim de coletar informações junto aos agricultores da comunidade de São Pedro, buscou-se dados primários através de uma pesquisa qualitativa de campo. Os resultados foram obtidos através da aplicação de um questionário semi-estruturado elaborado previamente pelo autor.

Os dados primários, segundo Mattar (1999, p.134), “são aqueles que não foram antes coletados, estando ainda em posse dos pesquisados, e que é coletado com o propósito de atender às necessidades específicas da pesquisa em andamento”.

As entrevistas foram realizadas em particular, cada qual em sua residência, o que facilitou para os agricultores expressarem sua opinião sem ter influência de outras pessoas nas suas respostas. O questionário caracteriza-se como aberto e semi estruturado com questões sobre vários assuntos relacionados ao tema: como produção, acesso ao crédito e ao fator social das famílias. Foram aplicadas as mesmas questões para todos os entrevistados.

Foram entrevistados oito agricultores familiares, os quais compõem a totalidade de famílias moradoras na comunidade de São Pedro.

A fim de contextualizar a realidade da pesquisa, será apresentada a caracterização do município de Montauri – RS.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO MONTAURI/ RS

O distrito de Montauri era conhecido como Linha José Bonifácio. Passou a denominar-se Montauri pelo ato municipal nº 51, de 21/10/26, em homenagem ao Dr. José Montauri de Aguiar Leitão, Engenheiro Civil, responsável pela divisão das terras da região em Linhas e lotes rurais, então denominados colônias, termo que ainda é usado nos dias atuais nas medições de terras nas áreas rurais da região.

Em 1904, chegaram os primeiros colonos de origem italiana, provenientes de Caxias do Sul. Em 1910 havia na localidade 7 famílias, conforme depoimento de Matilde Soldatelli Nardi, esposa de Henrique Nardi, uma das famílias mais antigas do local. Há quem afirme que o 1º morador da localidade tenha sido J. Ruivo, que vivia sozinho numa choupana. O casal mencionado instalou a primeira loja comercial. Os imigrantes construíram uma Capela de madeira que era atendida pelo Padre Vigário de Casca, Aneto Bogni. Em maio de 1913 começou a funcionar a 1ª escola municipal.

Montauri teve sua Paróquia criada em 07/03/37 e seu 1º Vigário foi o Padre Marcos Rampi. O município de Montauri foi elevado à categoria de Distrito em 01/07/36 pelo então Prefeito de Guaporé Sr. Agilberto Atílio Maia, sendo o 1º Subprefeito, o Sr. Ângelo Begnini, nomeado em 15/08/36.

Situado entre a Serra e o Planalto Rio-Grandense, caracteriza-se por ser um município essencialmente de minifúndios. A agricultura é a principal atividade da população. Os incentivos proporcionados pela administração municipal proporcionaram considerável aumento no número de aviários e pocilgas, especialmente para a criação final de suínos. O rebanho de gado leiteiro, através de incentivos à inseminação artificial, teve uma acentuada melhora genética e na produção.

O município de Montauri emancipou-se no ano de 1988 e possui uma população total de 1.542 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 82km². Montauri é originário do município de Serafina Corrêa. Pertence ao Corede Serra e possui 70% da renda proveniente da agricultura e 30% da indústria e serviços.

Segundo o IBGE (2010), Montauri localiza-se na região da serra do Rio Grande do Sul, a uma distância de 230 km da capital do Estado, Porto Alegre. Os principais rios que cortam o município são os Rios Guaporé, Lajeado e Lambedor.

O clima da região é temperado subtropical úmido. Segundo dados da EMATER (2012), o município tem precipitações pluviométricas de médias anuais de 1.700 mm, podendo haver escassez no verão e excessos no inverno. Está situada a 449 metros de altitude.

Montauri/RS faz divisa com os municípios de Serafina Corrêa, União da Serra, Vila Maria, Nova Alvorada e Casca.

6 DESCRIÇÃO DA COMUNIDADE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Segundo relato dos próprios moradores da comunidade e entrevistados nesta pesquisa, a comunidade teve sua fundação há cento e catorze anos. Na oportunidade, foi realizada uma grandiosa festa, mais especificamente no ano de 1999, a fim de comemorar o centenário da comunidade. Esta possui a torre do sino construída naquela época, é toda em pedra esculpida a mão. As pedras foram transportadas todas com carroças tracionadas por jumentos ou bois. A torre possui 15 metros de altura e é o diferencial da comunidade.

A comunidade de São Pedro já foi mais habitada do que nos dias atuais. Nas décadas de 1970, 1980 e 1990, possuía quase o dobro de famílias e habitantes. As dificuldades encontradas naquela época para o desenvolvimento das pequenas propriedades, a oferta de emprego nos centros urbanos, as facilidades e tecnologias da cidade e a pouca renda na agricultura foram fatores determinantes para um grande êxodo rural na comunidade. Inicialmente partiam os jovens, principalmente mulheres e posteriormente, famílias inteiras se desfaziam de suas propriedades e iam morar nas cidades da região.

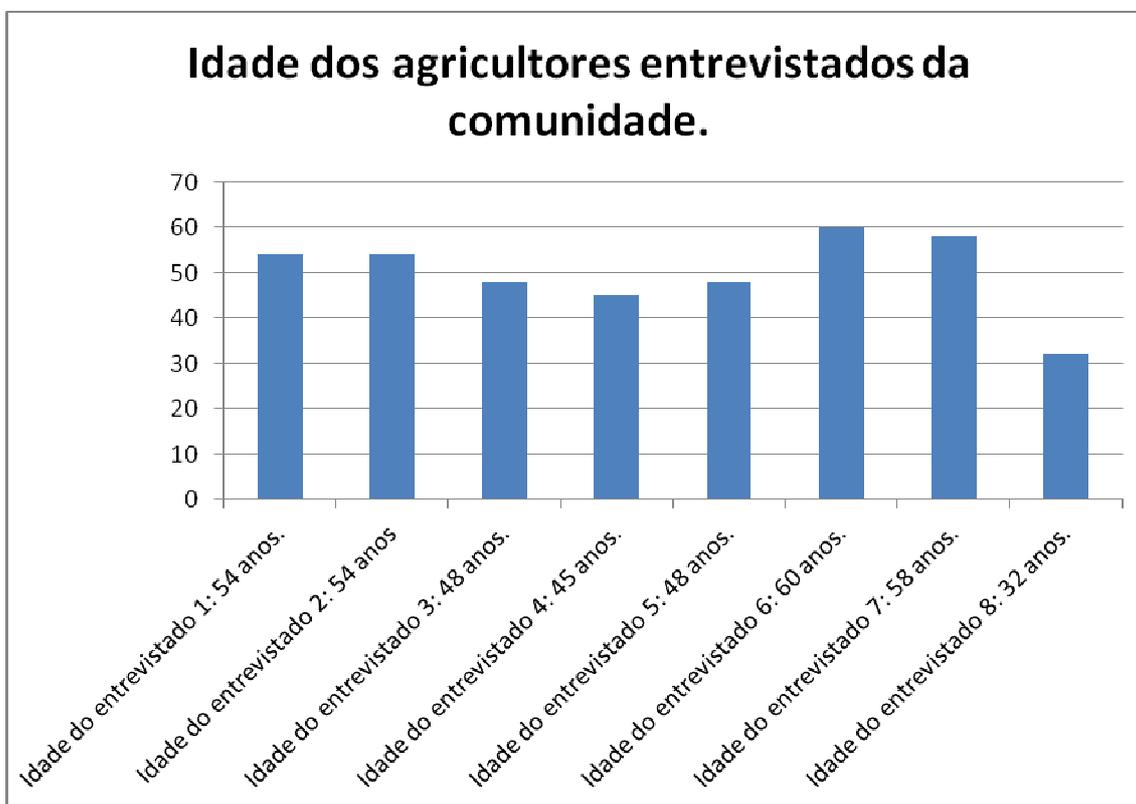


Fonte: Foto tirada por Vanecler Lampugnani. Em 05/06/13.

Imagem 01 - Igreja da comunidade São Pedro

Esta foto acima mostra Igreja da comunidade de São Pedro, instalação onde os moradores se reúnem para orar e festejar as datas comemorativas. A construção é centenária, e faz parte do acervo patrimonial do município.

Após termos tomado conhecimento da realidade do local escolhido para a realização da pesquisa, passaremos especificamente aos entrevistados. O gráfico abaixo descreve a idade do gerenciador de cada propriedade pesquisada, que foi quem respondeu à pesquisa.



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo.

Gráfico 1- Idade dos agricultores entrevistados na comunidade

O gráfico acima ilustra a idade dos agricultores familiares da comunidade de São Pedro que foram entrevistados para o desenvolvimento deste estudo. Percebe-se que a média de idade é de 49, 8 anos de idade. Os dados coletados mostram que a idade dos agricultores já é um pouco avançada. Isso foi ocasionado pelo êxodo rural ocorrido nas décadas de 1970 a 1990, problema que e ainda acontece até os dias de hoje.

Além do fator idade, a escolaridade também torna-se relevante à pesquisa.

6.1 ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS

O quadro abaixo apresenta um panorama em relação à escolarização de todos os agricultores entrevistados. O fato de possuírem certo grau de escolaridade que ajuda no

planejamento das propriedades quanto à sua produção e o gerenciamento das finanças das famílias.

Entrevistado 1.	4ª Série	Ensino fundamental
Entrevistado 2	4ª Série	Ensino fundamental
Entrevistado 3	7ª Série	Ensino fundamental
Entrevistado 4	8ª Série	Ensino fundamental
Entrevistado 5	8ª Série	Ensino fundamental
Entrevistado 6	6ª Série	Ensino fundamental
Entrevistado 7	5ª Série	Ensino fundamental
Entrevistado 8	3ª Série	Ensino Médio

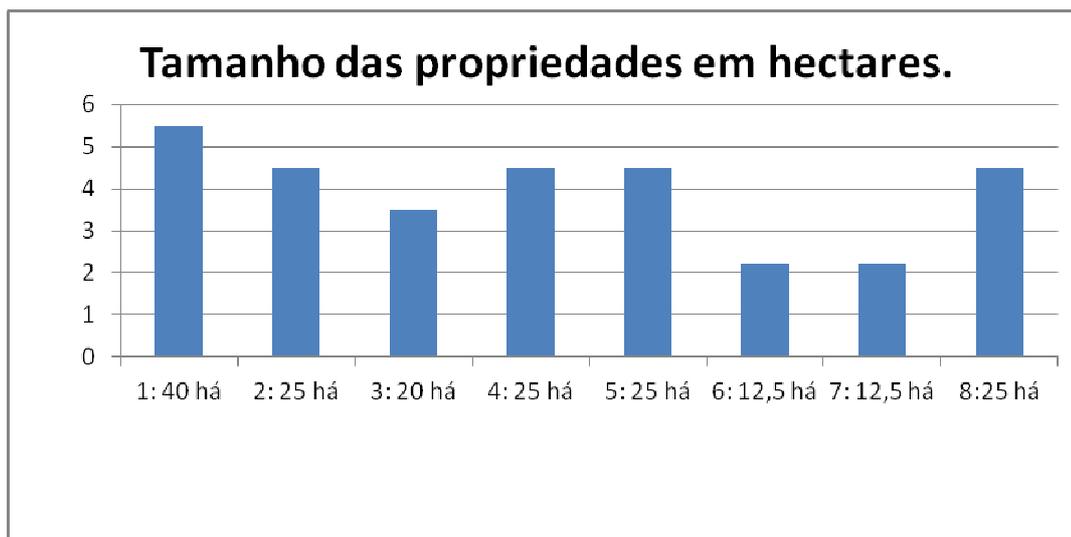
Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo.

Tabela 1- Ilustra a escolaridade dos agricultores.

Analisando estes dados, pôde-se observar que apenas o agricultor mais jovem de todos os entrevistados possui o ensino médio completo e dos demais, apenas dois possuem o ensino fundamental completo, dois com a 4ª Série do ensino fundamental e os outros três possuem os níveis de 5ª Série, 6ª Série, e 7ª Série do ensino fundamental. Assim observa-se a existência de grande variação na escolaridade dos agricultores entrevistados.

Segundo o relato dos próprios entrevistados, naquela época o que definia sua frequência e a escolaridade, quando estavam em idade escolar, era a necessidade de trabalhar e a distância até as escolas. Até a 4ª série do ensino fundamental, havia escolas próximas, localizadas nas comunidades do interior. Dessa forma, até esta série, quase todos estudavam. Após tinham que se deslocar até a cidade, não havia transporte escolar e as estradas não apresentavam boas condições de trafegabilidade. No inverno era muito frio e os pais não incentivavam os filhos a frequentar a escola. Preferiam que ficassem em casa trabalhando.

As propriedades dos agricultores da comunidade são todas próprias, porém de pequenas extensões em hectares, conforme podemos observar no gráfico abaixo.



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo.

Gráfico 2-Tamanho das propriedades.

Observando as informações presentes no gráfico acima podemos concluir que a comunidade São Pedro é composta de pequenas propriedades familiares. A área média das propriedades é de 23,1 hectares, havendo propriedades com 12,5 hectares e outras com até 40 hectares.

Os principais produtos produzidos pelos agricultores da comunidade de São Pedro são de origem vegetal e animal: soja, milho, trigo, fumo, erva mate, cana de açúcar, hortaliças, trigo, mandioca, batata doce, leite, frangos, suínos, ovelhas, feijão, amendoim, verduras, tomates, temperos, peixes, cachaça, melancias e frutas e temperos diversos.

Os principais cultivos voltados para a comercialização são: milho, soja, leite, suínos, frangos, fumo, cachaça, hortaliças, verduras, tomates e temperos.

Todos os agricultores da comunidade de São Pedro vivem em território próprio. Este fator torna-se um diferencial com impactos significativos na renda da família e no momento da tomada de crédito referente ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar junto às instituições financeiras.

Segundo as declarações dos agricultores, as produções destinadas exclusivamente para a comercialização são: a soja, milho, fumo e trigo, cachaça e erva mate. Dentre os cultivos produzidos para o autoconsumo destaca-se: leite, frangos, suínos, ovelhas, cana de açúcar, hortaliças, peixes, feijão, amendoim, melancias e frutas.

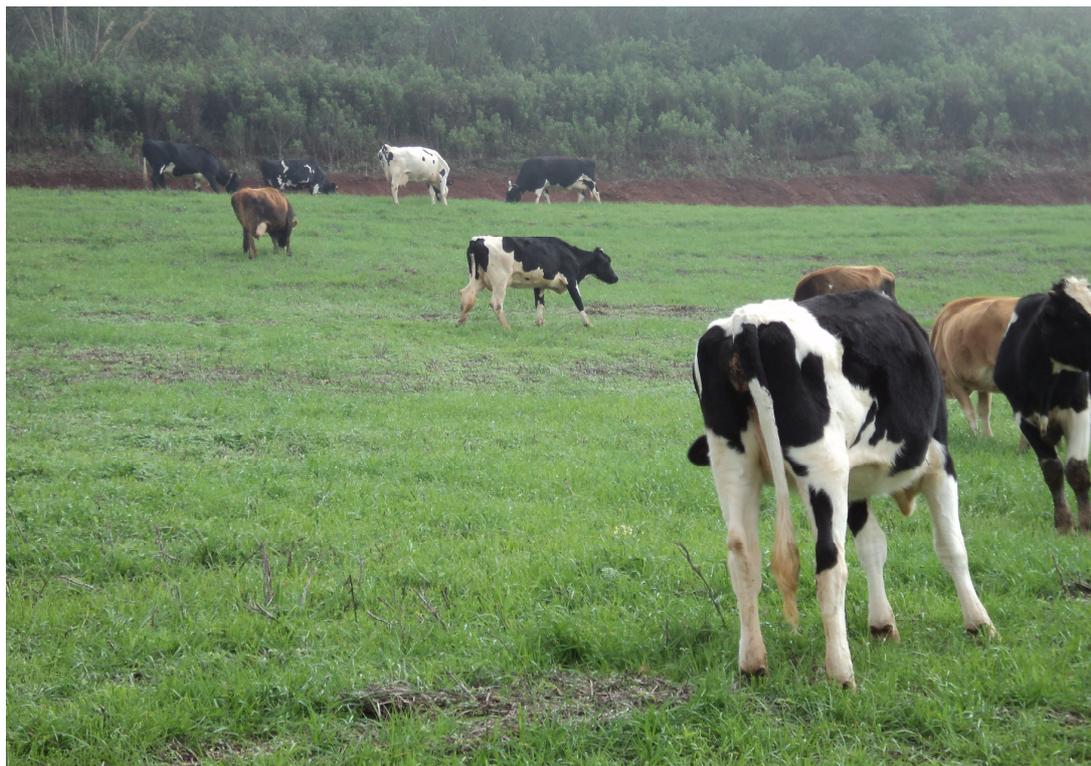
Esta comunidade é composta por agricultores familiares que produzem vários produtos para o consumo próprio e para a comercialização, diversificando a produção agrícola das propriedades.

Nas entrevistas, pôde-se observar junto aos agricultores que nas suas propriedades a produção, tanto animal quanto vegetal, é bem diversificada. Isso para obter uma renda maior e mensal, não ficando apenas dependentes da produção de grãos, pois a comercialização ocorre uma vez por ano. Segundo os entrevistados, parte da diversificação da produção foi impulsionada com a captação dos recursos do PRONAF, programa este que disponibiliza crédito para diversos segmentos de produção agrícola e pecuária.

Em meados da década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o início do acesso por parte dos agricultores para estruturar suas propriedades, diminuiu o êxodo rural. Ainda ocorre em apenas uma família, já que a jovem mulher saiu de casa.

Não podemos afirmar que o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar pelos agricultores seja o principal responsável pela diminuição do êxodo rural, mas foi um grande aliado para reestruturar a agricultura familiar da comunidade, que atualmente está capitalizada, equipada e com uma grande diversificação na produção, tanto para comercialização quanto para a subsistência.

Após a realização das entrevistas percebeu-se que o acesso ao crédito do PRONAF foi um grande impulsionador para o desenvolvimento de novas atividades de produção junto às propriedades, ou para o melhoramento e fortalecimento das já existentes, tornando se o programa público de maior apoio para a agricultura familiar junto aos agricultores da comunidade.



Fonte: Foto tirada por Vanecler Lampugnani. Em 20/06/2013.

Imagem 02- (Plantel de gado leiteiro da propriedade de um entrevistado na pesquisa de campo).

A imagem acima evidencia a fala do agricultor entrevistado que relatou ter utilizado os recursos do PRONAF para aquisição de novos animais com genética melhorada e com maior potencial produtivo, a fim de aumentar a produção leiteira da propriedade.

Através das entrevistas realizadas na comunidade em questão, pode-se dizer que a grande maioria das propriedades utiliza crédito do PRONAF. Das oito propriedades apenas uma não utiliza o programa. Pelo que se observou, utilizam-se do programa para inúmeras finalidades, sendo elas para custear a produção de grãos, a agropecuária ou iniciar uma nova produção na propriedade. Os recursos são utilizados também para a diversificação da produção, o que é um grande diferencial para a manutenção da renda familiar e das pessoas desempenhando as atividades agrícolas e a manutenção das famílias no campo.

O único agricultor entrevistado que não usa o PRONAF mencionou que não acessa o programa por questões pessoais, não por não ter acesso ao programa ou por não obter conhecimento sobre ele.

Os agricultores da comunidade, segundo os entrevistados, quando necessitam de crédito para adquirir equipamentos ou para melhorias em instalações nas propriedades, acessam os recursos do PRONAF. Percebe-se que os agricultores, quanto ao acesso ao crédito

do programa, sentem-se confortáveis em seu uso sempre que a necessidade surgir. O único entrevistado que não acessa o crédito do PRONAF, salienta que não acessa por não possuir contas em bancos credenciados ao programa, bem como por obter a idade avançada e o filho trabalhar na indústria. Isso não é um empecilho para o acesso ao PRONAF, não acessam apenas por questões pessoais.

Pelo relato dos próprios agricultores o acesso ao crédito do PRONAF está simplificado e garante o acesso de todos os agricultores da comunidade. Estas informações nos fazem perceber que na comunidade o programa é um grande aliado do agricultor familiar.

Pôde-se perceber, segundo o relato dos agricultores entrevistados, que os recursos acessados do PRONAF foram utilizados de forma bem diversificada pelos agricultores, para aumentar e melhorar a produção ou para diminuir o esforço físico e adquirir novas tecnologias, o que nos faz perceber que o programa está cumprindo os seus objetivos junto aos agricultores.

Analisando as respostas dos agricultores entrevistados, observou-se que todos relatam que ocorreram mudanças positivas após o acesso ao crédito do PRONAF, especialmente na questão social da comunidade, proporcionando melhor qualidade econômica e social. Por causa da facilidade de acesso ao crédito e ao aumento da produção animal e vegetal das suas propriedades, houve o aumentando da renda e diminuição da mão de obra na produção.

Nas questões abertas em que os agricultores foram instigados a opinar acerca do PRONAF, praticamente todos opinaram sobre a revisão das taxas de juros do programa como forma de aumentar os subsídios para a agricultura familiar, sendo esta uma forma de fortalecimento do programa.

Outros agricultores opinaram sobre o aumento dos valores financiados para as necessidades de suas propriedades, o que acaba sendo muito relevante para as necessidades deles. O PRONAF é um programa nacional com as mesmas regras para todo o país. Como sabemos, o Brasil possui dimensões continentais e regiões diferentes umas das outras, sendo assim o programa não atende exatamente as necessidades de todos.

No caso dos agricultores que opinaram sobre a questão do enquadramento do PRONAF, referiram-se mais às questões burocráticas envolvendo comercialização e agroindústrias, embora pelo que se pôde observar durante o desenvolvimento da pesquisa, a burocracia para registro de agroindústrias não está diretamente ligada ao PRONAF.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscou-se observar a atuação do PRONAF junto a agricultores familiares. São classificados como familiares por possuírem pequenas áreas de terra e a mão de obra utilizada nas atividades da propriedade é proveniente dos integrantes da família sem ter mão de obra contratada. A pesquisa foi realizada nas propriedades da comunidade de São Pedro, município de Montauri – RS, com o objetivo de analisar as formas de acesso ao crédito rural e a finalidade do seu acesso pelos agricultores.

Após a pesquisa, podemos observar que a maior parte dos agricultores da comunidade acessa o crédito do PRONAF. Dentre as razões para o acesso do programa foram citadas as melhorias na produção e a aquisição de novas tecnologias. Os que acessam para custear a produção de grãos o fazem pelos motivos de os juros serem acessíveis, haver a facilidade da contratação dos recursos junto às instituições financeiras e por garantirem seguro agrícola em caso de catástrofes naturais.

Entre os agricultores que acessam o crédito do PRONAF para adquirir novas tecnologias e equipamentos o crédito é voltado para iniciar, melhorar ou aumentar a produção pecuária de diversificadas linhas de produção.

Nesta pesquisa constatou-se que o PRONAF está cumprindo seus objetivos estatutários a respeito da ampliação da renda da agricultura familiar através do apoio à diversificação da produção por meio de linhas de crédito com juros subsidiados pelo Estado, a fim de fortalecer a agricultura familiar que é responsável por 70% da produção de alimentos brasileiros. Podemos destacar que o PRONAF é a principal política pública voltada pra agricultura familiar criada pelo governo federal por proporcionar aos pequenos agricultores o acesso ao crédito e a oportunidade de investir na produção e nas propriedades para aumentar a renda, proporcionando acesso às novas tecnologias que surgem a cada momento para aumentar e melhorar a produção.

Alguns autores relatam problemas e dificuldades enfrentadas pelo PRONAF. Isso é aceitável, já que o programa é de nível federal e o país é muito grande e dividido por diversas regiões com clima, solo, culturas e produções diferentes. Na comunidade em estudo, no relato dos agricultores confirma que já foi mais difícil o acesso ao crédito, mas recentemente está bem mais simplificado, especialmente em relação ao PRONAF.

Nesta pesquisa foi possível observar que na comunidade de São Pedro os recursos captados junto ao PRONAF são mais voltados para os custos da lavoura (para a produção de soja, milho, trigo) e a pecuária (para a produção de leite, pastagens e suínos).

O PRONAF também é bastante acessado para investimentos (aquisição de máquinas, equipamentos) e para as construções e mecanizações da produção leiteira, criação de frangos e suínos e para a diversificação da produção.

Este trabalho teve como objetivo buscar informações junto aos agricultores da comunidade de São Pedro, a fim de obter uma visão real sobre a utilização do crédito do PRONAF, bem como saber se está influenciando na qualidade de vida das suas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC/1997.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/ Unicamp, 1997.

Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.42 n.3 Brasília July/ Sept. 2004; Disponível em : <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032004000300007> <Acesso em 28/10/2012>

AQUINO, Joacir Rufino de. **Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica**. Aquino et al, 2004. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, ACU- RN.

CAZELLA, A. A. Cooperativismo de crédito rural: lições de uma experiência. In: MONTOYA, M. A.(ORG). **Aspectos regionais do crédito rural: governo, cooperativas e informalidade**. Passo Fundo: UPF, 2002 [2], p. 25-45.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr.1995.

GUANZIROLI, C. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007 – Impressa em abril 2007.

GUANZIROLI, C. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. XLIV Congresso SOBER. Fortaleza, julho de 2006.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>. Acesso em 02 Abrl. 2013.

Histórico, Caracterização E Dinâmica Recente Do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Sergio Schneider¹ Lauro Mattei² Ademir Antonio Cazella³- Publicado em SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50

INCRA / FAO. **Novo retrato da agricultura** – O Brasil redescoberto. Brasília: MDA, 2000.

INCRA / FAO. **Novo retrato da agricultura familiar-** O Brasil descoberto. Brasília: MDA, 2000.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural conceitos e medida**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, DF, v. 20, n. 3, p. 413-451, set./dez. 2004.

LIMA, Waner Gonçalves. **Política pública discussão e conceitos**. 2012

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing 1: metodologia e planejamento**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores** / Lauro Mattei. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. 136 p.; (Nead Estudos; 11/2001).

PETRELLI C,V; Silva. **O novo desenho do Financiamento Agrícola e as dificuldades para os produtores não integrados**. Anais XVII Congresso da SOBER, julho/2004. Cuiabá - MT.

SABOURIN, E; TEIXEIRA, O. (orgs). **Planejamento do desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. UFPB/ CIRAD/ EMBRAPA p.113-128- Brasília, 2002.

SABOURIN, E; TEIXEIRA, O. **Desenvolvimento rural territorial e capital social**. In:

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. 470p. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 1999.

SCHRÖDER, M. & SOUZA, I. C. de. **Agricultores pobres e acesso ao PRONAF: a importância dos arranjos institucionais na intermediação da política pública**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 31, 2007, Caxambu/MG. Anais... Caxambu/MG: ANPOCS, 2007. (CD-ROM). Revista Estudos do CEPE, Santa Cruz da SUL, n35, p.199-233, jan./jun. 2012.

SILVA, Leonardo Xavier da; ET AL. **Estado e políticas públicas**. Livro didático da Disciplina DERAD 010 do Curso Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.

SILVA, MARCELO KUNRATH; MARQUES, PAULO EDUARDO MORUZZI (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-5.

SITE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: < <http://IBGE.gov.br/cidade/sat/topwindow.Htm?1>>. Acesso em 20/ junho de 2013.

SITE SOBRE POLÍTICA PÚBLICA: DISCUSSÃO DE CONCEITOS. . <<http://revista.uft.edu.br/index.php/interface/article/viewFile/370/260>>. Acesso em 26/05/13.

SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTAURI <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Montauri> Acesso em 27/05/2013.

TONNEAU, J. P. & SABOURIN, E. (Orgs.). **Agricultura familiar – interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2007.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento:** natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 197 p.

WANDERLEI, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** 1996.

APÊNDICE A- Questionário entrevista com os agricultores.

- 1 A propriedade é própria ou de terceiros?
 - 1.1 Se própria qual o tamanho em hectares da sua propriedade?
- 2 O que é produzido na sua propriedade?
 - 2.1 Para auto o consumo e comercialização?
 - 2.2 Apenas para o auto consumo?
3. Algum tipo de produção vegetal ou animal passou a ser desenvolvido após a captação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar?
4. É acessado crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar para a produção?
5. Quantas pessoas empregam mão de obra na produção?
6. Os recursos utilizados para a aquisição de equipamentos e melhorias são próprios ou utilizam recursos captados em instituições financeiras, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, por exemplo?
7. Vocês encontram dificuldades para acessar recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar? Se encontram, quais são elas?
8. Para que finalidade você acessa ou acessou os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar?
9. O que acham da atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na comunidade? No que diz respeito ao viés social na comunidade?
10. Para os que acessam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, vocês tiveram mudanças em sua qualidade de vida nas condições econômicas e sociais?
11. Vocês acham que deveria ser mudado algo no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar? Por exemplo.
 - 11.1 (x) Diminuir taxas de juros? Por quê?
 - 11.2 (x) Aumentar valores financiados? Por quê?
 - 11.3 (x) Mudar a forma de enquadramento? Por quê?